

## CLIO<sup>1</sup> E OS TERRITÓRIOS DA HISTÓRIA: PERCURSOS E SENTIDOS

*Gilian Evaristo França Silva<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este artigo tece uma reflexão acerca da atividade historiadora, levando em consideração a dimensão narrativa do contar, fazer história. Para tanto, na literatura sobre o tema, levantamos os sentidos atribuídos ao próprio campo historiográfico, desde o século XIX até os nossos dias, desenhando um panorama geral dos embates enfrentados pelos historiadores no cotidiano de seu ofício. Nessa perspectiva, os territórios da História foram sendo alargados na medida em que ela própria se lançou a temas, objetos e problemáticas de outros campos das Ciências Humanas e Sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, historiografia, narrativa, verdade/realidade.

**ABSTRACT:** This paper presents a reflection on the historian's activity; it takes into account the narrative dimension of telling history, of making history. In face of this, it was searched in the literature about the topic, the meanings attributed to the historiography field, since the nineteenth century up to the current days. It draws a panorama of the struggles undergone by historians in their daily professional routines. Based on this perspective, the regions of the history have been extended while it has launched to the themes, objects and problems in other fields of Human and Social Sciences.

**KEYWORDS:** History, historiography, narrative, truth/reality.

---

1 Clio, pela cultura clássica, é considerada a musa da História, um ser divino. Era filha de Zeus e Mnemósine, a Memória.

2 Mestre em História, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); professor de História do IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. E-mail: gilian.his@gmail.com.

## A CIENTIFICIDADE DE CLIO

São muitas as questões postas ao historiador a respeito de seu ofício, fazendo-o pensar e repensar sua prática. A historiografia é dinâmica, assim como as próprias sociedades humanas que estuda. Nessa perspectiva, temos concepções variadas sobre o que seja a História, seu estatuto de "ciência" e a possibilidade de um conhecimento a respeito dela. Contudo, sabemos que são muitos os caminhos que podemos tomar para uma discussão dessas mudanças. Assim, atemo-nos a uma discussão acerca da *verdade/realidade* no bojo da trajetória da produção histórica.

O ponto de partida de nossa reflexão é o século XIX. Ele é marcado pela busca de definições dos campos de atuação das diversas áreas do conhecimento, cada qual com suas leis gerais que lhes permitiam observar, analisar e comprovar a regularidade de variados fenômenos naturais, químicos, físicos e sociais. Os profissionais dessas muitas áreas do conhecimento definiam o que era ou não "científico", não ficando a História, assim como as demais Ciências Humanas e Sociais, à parte desse movimento. Com relação ao campo da História, alguns historiadores são considerados expoentes na busca por regras próprias ao ofício de historiador, a exemplo, na França, de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, e, na Alemanha, do historiador Leopold Von Ranke. De modo geral, a orientação dada para a produção historiográfica era a de *resgatar* os fatos como *verdadeiramente* ocorreram, como devidamente observáveis na documentação escrita e oficial presente nos arquivos de diversos países.

Cabe ainda destacar que o século XIX foi marcado também pela adoção de elementos, símbolos relativos a cada nação, que deveria inclusive contar com uma história oficial e seus respectivos heróis e mitos nacionais, sendo para tal a prática historiadora instância fundamental de construção imagética e discursiva de uma identidade nacional, a exemplo, no Brasil, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua atuação em todo o território nacional.

Na perspectiva chamada de *cientificista*, de *positivista* e, posteriormente, de *história tradicional* de caráter essencialmente político, o

grande sujeito é o Estado Nação, com seus dirigentes políticos em seus percursos governamentais, trazendo as batalhas e os tratados efetuados entre territórios, enfim uma narrativa descritiva e que identificava uma dada elite política e econômica, com seus interesses próprios. Os acontecimentos são tomados como grandes feitos na construção do que o país se tornaria, a exemplo no Brasil da *Inconfidência Mineira* e da figura do herói brasileiro *Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes*, mito construído como exemplo de resistência às forças metropolitanas lusitanas e do jugo colonial, *origem de uma nacionalidade brasileira*.

Os historiadores do século XIX consideravam seu trabalho como definitivo, pois o que estava no cerne de todas as orientações do ofício era a busca da *verdade*, do que *realmente* ocorreu numa certa espacialidade e temporalidade. A partir dos métodos adotados nesse contexto, fatos históricos são firmados pela diretriz da *verdade/realidade*, através da leitura também definitiva de um documento escrito e oficial.

### MUDANÇAS DE PERSPECTIVA: A GRANDE VIRADA DE CLIO

Percebe-se que as narrativas historiográficas de orientação positivista ou cientificista, legados do século XIX, são, ao longo do século XX e ainda no século XXI, consideradas incapazes de explicitarem as diferenciadas experiências das sociedades humanas, por serem extremamente limitadas quanto às suas definições conceituais que compreendem a atividade historiadora. Se a *realidade social* já era cuidadosamente definida aplicando um dado método em prol da *verdade/realidade*, como a historiografia se posicionaria frente às demais pesquisas das áreas de Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia e a Antropologia, que demonstravam em suas práticas a aplicação de métodos significativos de apreensão das diferenciadas *realidades sociais*?

A resposta maior veio com a criação, na França, da Escola dos *Annales* em 1929, pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, que, a partir de uma maior proximidade com as questões da Sociologia, Antropologia

e da Crítica Literária, promoveram pesquisas que consideraram todos os aspectos da vida social, desde o econômico, o político, o social e o cultural como igualmente importantes e constituintes dos percursos de homens e mulheres em diversas espacialidades e temporalidades. Além disso, outro fator também contribuiu para avanços nos territórios investigativos da História. A constituição do chamado individualismo moderno levou os historiadores a considerarem as singularidades sociais, o indivíduo na sociedade. A ideia de indivíduo vincula-se à longa transformação das sociedades chamadas de tradicionais por oposição às modernas – uma mudança, um processo pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepôr ao indivíduo, que se torna “moderno” justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo (GOMES, 2004, p. 11-12). As sociedades modernas são individualistas nessa acepção, porque se consagraram tendo por base um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais (ibid., p. 12).

Levando em consideração as particularidades, podemos citar experiências de análise social consideradas inovadoras no campo historiográfico, como a Micro-história, percurso significativo de apreensão das nuances cotidianas e que nos apontam também para aspectos sociais gerais dos quais é constituidora. Também a própria História Oral, marcante em pesquisas que tratam do chamado “tempo presente”, aponta para essa consideração do indivíduo no seio da sociedade, pois os diferenciados atores sociais trazem em suas memórias relatos sobre o espaço, sobre os caminhos que percorreram e que nos demonstram práticas sociais diversas, como crônicas de suas paragens (GUIMARÃES NETO, 2005, p. 519-539).

Nesse sentido, a História não ficou imóvel diante de transformações significativas, re-pensando conceitos e noções de seu ofício. As noções de memória, tempo, verdade e documento passaram a ser pensadas a partir das singularidades pessoais e da proliferação, da pluralidade de trajetórias, memórias, vozes, relatos. Os historiadores foram levados a considerar a necessidade de incorporar novos objetos à sua prática histo-

riográfica, o que exigiu a construção de novas metodologias e categorias de análise, onde a documentação, nessa perspectiva, não mais tratava de dizer o que houve, mas sim mostrava ao seu leitor os sentidos do *real* que a constituía (GOMES, 2004, p. 14).

### OS SENTIDOS DE CLIO: A NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA

A busca de uma *verdade/realidade* não pode significar apenas o estudo das *origens* do sentido de *essência* imóvel; pelo contrário, deve reencontrar diferenciadas cenas em marcos adotados como referências, e lançar olhares sobre detalhes e minúcias que fogem do ponto de partida. Assim, percursos plurais sob a luz de diversas trilhas teórico-metodológicas podem nos apontar interpretações diferenciadas a respeito de um dado evento. Nesse caminho, a pesquisa historiadora não deve se esforçar por recolher a *essência* exata das coisas ou sua mais pura possibilidade, uma identidade cuidadosamente recolhida, sua forma imóvel. Isso leva a buscar encontrar o que "era imediatamente" ou o "aquilo mesmo" de uma imagem exatamente adequada de si. O olhar precisa ser lançado para todas as minuciosidades do acontecimento, do evento. As astúcias, os disfarces podem ser percebidos quando nos atentamos aos *disparates* e não a uma *essência verdadeira* e pronta das trajetórias sociais. A idéia de *origem* dá a entender que, no começo, tudo se apresentava num estado de perfeição, onde as coisas saíram brilhantes das mãos do criador. A *origem* soa como o lugar da *verdade*, tornando inacessíveis todos os episódios da complexa história, que é o próprio campo do devir e não do imutável (FOUCAULT, 1979, p. 17-20).

Com os *Annales* nas primeiras décadas do século XX, temos um exemplo do processo de crítica ao tipo de *história tradicional*, que tinha como característica narrativa os grandes feitos de dirigentes políticos. A História era entendida e praticada como sendo o estudo das experiências dos homens e mulheres ao longo das temporalidades. Os *Annales* sinalizaram perspectivas de produção historiográfica, seja numa análise mais

estruturalista ou fenomenológica. O domínio historiográfico foi ampliado, no qual a História passa a ser o estudo do homem no tempo, ou a totalidade social, redefinindo-se os conceitos de documento, fato histórico e tempo. Desta forma, críticas são lançadas aos eventos políticos dos heróis, dos governantes, de uma história política definida como "tradicional" ao molde positivista de produção histórica (FALCON, 1997, p. 68).

Essa renovação da historiografia é resultado da interdisciplinaridade trazida pelos *Annales* e, posteriormente, pela Nova História. O poder e a política são analisados por outras abordagens, como o domínio das representações sociais conectadas com as práticas sociais, do campo do simbólico, dos imaginários sociais, das mentalidades, da memória (ibid., p. 61-77).

Houve também uma proliferação de temas voltados às práticas culturais, ligados a uma chamada História Cultural e das Mentalidades. Nesse campo, é costume destacar a preferência por assuntos ligados ao cotidiano, às representações, ao amor, à morte, à família, às bruxas, aos loucos, às festas, entre outros (VAINFAS, 1997, p. 137). Essa vertente também é posta como um produto da crítica que se fez ao tipo de história política "tradicional".

Com esse processo de renovação historiográfica nos últimos anos, foram dados alguns diagnósticos sobre a História, sobretudo de que ela passava por uma crise epistemológica. Isso se deve principalmente pelo questionamento das capacidades explicativas de grandes paradigmas de análise, como o marxismo e o estruturalismo, que marcaram a historiografia ao longo do século XX.

Esses grandes paradigmas tiveram suas certezas abaladas diante de uma aproximação maior das questões teórico-metodológicas da Sociologia e da Antropologia, além da Crítica Literária. Mas mesmo esses paradigmas postos em cheque pela produção historiográfica dos últimos anos do século XX são produtos do processo de questionamento, de críticas ao tipo de *história tradicional* ligada às narrativas dos grandes eventos políticos, das guerras, tratados e trajetórias políticas factuais (CHARTIER, 2002, p. 82-84).

O objeto da História nesse processo não é entendido apenas a partir de estruturas e mecanismos que regulam, independentemente de qualquer influência objetiva, as relações sociais. Nenhum sistema normativo serve de explicação única para as trajetórias das sociedades humanas, eles não eliminam as possibilidades de escolhas conscientes e de resistências ou apropriações diferenciadas dos códigos de conduta gerais que orientam a vida social (ibid., p. 84). A escrita de si é apontada como uma possibilidade de fonte para abordagens de trajetórias pessoais, demonstrando como códigos de conduta gerais não podem ser considerados determinantes das condutas individuais, pois são diversas as apropriações possíveis das estruturas sociais. Nos últimos 10 anos, o Brasil vive uma espécie de *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico. É cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – uma escrita de si – que abarca diários, correspondências, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de histórias de vida, por exemplo (GOMES, 2004, p. 7).

Cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores, mas na última década, no Brasil e no mundo, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior no mercado editorial e na academia. A despeito disso, não são ainda muito numerosos os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escritos na área da História, no Brasil. As iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos de História da Educação (ibid., p. 8).

A escrita de si é produção de memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, fotografias, cartões-postais, materiais do cotidiano da pessoa, que passam a povoar e a transformar o espaço privado da casa e do escritório em um teatro da memória (ibid., p. 11).

Além disso, os historiadores estão pensando com mais cuidado que seu discurso é sempre uma narrativa, ou seja, ele não abarca, em sua prática, o passado tal como ocorreu; ele apresenta em seu texto uma das possibilidades explicativas de seu recorte de uma dada espacialidade e temporalidade (CHARTIER, 2002, p. 85).

Toda História é uma forma narrativa, mesmo aquela de caráter mais estrutural, pois manipulamos entidades, como as categorias camponato, classes e trabalhadores, numa produção textual, como personagens de nosso discurso. Atualmente, existem variadas formas narrativas em detrimento de outras mais clássicas, como as do molde positivista de produção historiográfica. Mas, mesmo sendo um gênero textual, segundo Roger Chartier (op. cit., p. 100), a História precisa determinar as propriedades específicas da narrativa histórica em relação às outras, a exemplo dos meios de controle dessa produção conforme seus lugares sociais, suas práticas sociais, seu compromisso com a intenção de *verdade*, refutando todas as intenções de falsificações.

A História é historiografia. Neste sentido, ela é produção discursiva, contudo não está desligada de seu outro sentido, ou seja, ela também é o vivido. A produção dos discursos historiográficos é uma atividade humana, profissional, na produção de *realidades* sociais variadas que dão sentido aos eventos. O historiador não está numa posição neutra quando produz o seu texto, pois estão em cena fatores que o remete a um lugar de produção socioeconômica, política e cultural que não são visíveis numa primeira leitura (CERTEAU, 2002, p. 65-119).

Com relação a esse lugar social, são adotados métodos para análise das questões levantadas, assim como a própria elaboração dessas mesmas questões. O saber é instaurado a partir dessa instituição social, numa articulação de posicionamentos teórico-metodológicos, de concepções partilhadas de mundo social, na produção de sentidos expostos numa rede operatória que nos delineiam uma dada *realidade*, uma história. O lugar social é o espaço da produção, seja no âmbito de uma área do conhecimento, de grupos, escolas, disciplinas ou domínios específicos de análise histórica.

O discurso histórico não pode ser entendido minuciosamente independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente, e nem é possível pensar numa renovação da disciplina apenas pelos novos conceitos que esse grupo formula. Temos que perceber as mudanças através das modificações sofridas pelos lugares sociais.

O texto histórico é um sintoma do grupo do qual o historiador faz parte, sendo uma interpretação, um exercício de métodos novos, um modo de organizar característico. Ele é um estudo que mantém relação com outros que foram sendo produzidos, trazendo as problemáticas exploradas pelo grupo ao qual o historiador pertence.

Nesse caso, vemos na Historiografia Contemporânea vários domínios que refletem as mudanças no pensar-fazer História, trazendo cada um deles sua forma de explicar e de construir a *realidade* analisada.

Dentro desse movimento, também são entendidas as obras consideradas *de valor* em História, ou seja, aquelas reconhecidas por seus pares e/ou pelo grupo ao qual o historiador pertence e que o situa dentro de um conjunto operatório, que representa um avanço com relação ao estatuto atual dos "objetos" e dos métodos históricos ligados ao meio no qual se elaboram, sinalizando, por sua vez, novas pesquisas.

Portanto, qualquer princípio de *originalidade* é desconstruído, pois o historiador, assim como sua produção historiográfica, está situado dentro de um movimento de influência de ideias, noções, conceitos, problemáticas e métodos que o insere dentro de um lugar de onde fala. Todos os caminhos percorridos até aqui nos levam a entender a produção historiográfica como uma prática social, como atividade profissional comprometida com um certo grupo social, com determinadas posturas políticas e culturais que não estão dissociadas dos discursos que são produzidos pelos historiadores.

As técnicas utilizadas na produção dos discursos contribuem em nosso processo de entendimento dessa atividade profissional. A História está localizada na relação que mantém com as técnicas que a produz. O material à disposição dos historiadores é rico e variado, trazendo distintas formas interpretativas, seja no uso de fontes manuscritas, orais ou até indícios da cultura material. Contudo, ao utilizar-se desses variados sinais, indícios, fontes e até mesmo de todo um levantamento bibliográfico para suporte teórico-metodológico, o historiador empreende uma *manipulação*, uma *violência*, isto é, opera *deslocamentos*, *desvios*, fazendo recortes de corpos diferenciados que estavam inseridos numa

certa racionalidade, seja nos arquivos, coleções ou banco de dados, para empreender sua análise do social. A cada fragmento que utiliza na produção de seu texto, seu discurso historiográfico, ele atribui um sentido, sua interpretação para a construção de uma rede de efeitos de *realidade*, uma relação importante com o que seja o conhecimento histórico. Não podemos deixar à margem essas características do ofício, pois a todo o momento os historiadores estão operando desvios ao montar um mosaico de *significados articulados* na produção de uma dada história. O historiador desloca, descola e se apropria de todos esses elementos para realizar uma operação historiográfica inteligível; ele circula em torno das racionalidades adquiridas, valendo-se inclusive do emprego de modelos tirados de outras Ciências Humanas e Sociais em função da História.

Dessa forma, a narrativa historiográfica é extremamente controlada, sempre obediente às regras do ofício, reconhecidas pelos pares. A atividade historiadora encena, em sua narrativa, a harmonia de corpos diferenciados. Na ausência de inteligibilidade, o historiador corre o risco de encenar a desarmonia, ou seja, a falta de coerência e dos *efeitos de verdade*, criando verdadeiros monstros sem clareza de objetivos e sentidos.

Escrever é construir uma frase percorrendo um lugar supostamente em branco, a página. Esta é uma afirmação significativa às nossas reflexões sobre a prática social historiadora. A escrita é uma prática social e a atividade historiográfica traz, em seu bojo, um paradoxo, ou seja, o relacionamento de dois termos que comporta: o *real* e o discurso.

A escrita, a elaboração de um discurso, ao mesmo tempo em que evoca o passado e seus mortos, oferece a eles túmulos escriturários. Desta forma, o passado é, ao mesmo tempo, toda a complexidade das experiências de homens e mulheres ao longo do tempo, com seus percursos e vivências, assim como toda a produção escrita empreendida pelos historiadores. A História também é a escrita, pois, por mais que pretensamente queiramos apreender as experiências humanas em nossos estudos, só evidenciamos algum acontecimento por nossa escrita, pelo nosso texto. Essa leitura das experiências humanas, por mais controlada que seja pela

análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. É desta temporalidade que o historiador elabora suas questões e interroga suas fontes. Ele constrói *um passado, uma realidade*, fatores que tornam possível tal ou qual tipo de compreensão científica.

O real não é algo dado, pronto e acabado, a ser "resgatado". Os historiadores, em suas abordagens, evidenciam diferenciadas *realidades* em narrativas encadeadas por sentidos atribuídos aos elementos discursivos, como as referências que utiliza no corpo de sua narrativa para ter "credibilidade" ou a importância da relação do acontecimento e do fato no processo de construção dos efeitos do *real*. Assim, o acontecimento recorta para que haja inteligibilidade e o fato histórico é aquele que preenche para que haja enunciados de sentido. Nesse percurso, o historiador faz, da experiência de uma práxis que é a sua e a do *outro*, seu campo temporal de investigação (ibid., p. 65-119).

## REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia*. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002. p. 81-99.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *D omínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-90.
- FOUCAULT, Michel de. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2004.
- GUIMARÃESNETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias. Territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas* capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 2005. p. 519-539.
- VAINFAS, Ronaldo. História cultural e das mentalidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *D omínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.